

Brasil sai na fren

Meios financeiros de Washington acham que o País será um dos pr

Quinta-feira, 6-4-89

Economia

DÍVIDA

ite para reduzir dívida

Primeiros beneficiados pelo Plano Brady. Os EUA têm pressa na implantação do programa.

Waldemar Padovani/Arquivo AB

O Brasil será um dos primeiros países a ser beneficiado por uma imediata aplicação do Plano Brady de redução da dívida externa, comentaram ontem executivos financeiros em Washington, entrevistados pela agência noticiosa espanhola EFE. As mesmas fontes disseram que os EUA resolveram acelerar a aplicação da iniciativa devido ao recente apoio dado à idéia pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird).

Aparentemente, a Casa Branca deseja pôr em prática o plano antes da reunião dos ministros de Finanças dos sete países mais industrializados (EUA, Alemanha Ocidental, Japão, Canadá, França, Grã-Bretanha e Itália), marcada para 14 de julho, em Paris, segundo revelaram membros do governo Bush ao **The Wall Street Journal**.

Além do Brasil, México, Venezuela e Costa Rica também figuram como possíveis candidatos à primeira aplicação do Plano Brady, cuja proposta básica é estimular os bancos credores a reduções voluntárias da dívida.

Os países do Terceiro Mundo devem um total de US\$ 1 trilhão e 300 bilhões, dos quais US\$ 340 bilhões aos bancos privados. O Plano Brady propõe que os bancos reduzam voluntariamente 20% da dívida de 39 desses países. Além disso, prevê a concessão de até 25% dos recursos do FMI e do Bird a programas de redução da dívida e de seu serviço (encargos financeiros dos empréstimos).

Com a agilização do plano, o governo norte-americano pretende também eliminar o clima de incerteza criado na América Latina pelo anúncio da idéia, no final do ano passado, antes da posse de Bush.

O Brasil, com cerca de US\$ 120 bilhões de dívidas, o México, com US\$ 100 bilhões, e a Venezuela, com US\$ 35 bilhões, são três dos quatro países mais endividados da região. O quarto é a Argentina, com aproximadamente US\$ 55 bilhões. Mas ela não figura nos planos norte-americanos, disseram as fontes, devido às incertezas geradas por seu difícil panorama econômico e pelas eleições presidenciais de maio próximo.

Modernizar a economia, a principal exigência.

O Brasil poderá ser o principal beneficiário do Plano Brady, se seguir o caminho do Chile e modernizar sua economia, acredita o especialista em dívida externa Igor Cornelsen, representante do Standard Chartered Merchant Bank, da Inglaterra. A reforma interna é indispensável para obter resultados significativos — por exemplo, reduzir à metade a dívida com os bancos privados, que cairia de US\$ 82 para US\$ 41 bilhões. México e Venezuela já começaram suas mudanças e, portanto, serão os primeiros candidatos ao programa, seguidos pela Iugoslávia, segundo Cornelsen.

Operacionalmente, o plano do secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, pode ser simples: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (Bird), em conjunto ou isoladamente, criariam uma linha de crédito específica para compra da dívida externa pelos países devedores que estejam reformando suas economias. Com US\$ 200 milhões mensais, o Brasil, por hipótese, compraria US\$ 400 milhões de dívidas. O cálculo supõe que diminua de 66% para 50% o deságio com que os títulos da dívida são negociados, já que passará a haver uma procura constante. Com isso, a dívida cairia US\$ 5 bilhões por ano.

Cornelsen, porém, crê numa redução mais rápida, porque o programa atrairia parte dos capitais que fugiram do País, estimados em US\$ 31 bilhões pelo banco Morgan Trust. Acrescentando reduções da dívida por conversão e via resgate em cruzados, a diminuição poderia atingir US\$ 15 bilhões anuais ou US\$ 45 bilhões em três anos. "Isto é factível, e assim ficaria eliminado o problema da dívida", raciocina o especialista. Se todos os devedores seguissem o mesmo caminho, seriam necessários US\$ 24 bilhões por

ano, dos Tesouros dos países desenvolvidos ou de empréstimos que o FMI e o Bird tomariam no mercado.

A reforma da economia, argumenta Cornelsen, consiste no seguinte: câmbio livre ou pesadas desvalorizações do cruzado novo; eliminação de controles burocráticos de importações e exportações; eliminação de subsídios e incentivos; redução geral das alíquotas de importação combinada com eliminação de isenções de impostos de importação; desestatização, impedindo que empresas públicas sejam usadas fisiologicamente ou gerem contribuições para caixinhas eleitorais; não-intervenção estatal nas políticas privadas de salários, preços e investimentos; fim das reservas de mercado. Ou seja, o contrário do que existe hoje, "quando o lucro deixou de ser gerado pela eficiência e competitividade".

— Os políticos de esquerda querem manter o modelo econômico cartorial e burocrático, quando deveriam ser os promotores da mudança. Mas se o modelo não mudar, o Plano Brady não funcionará e o Brasil seguirá o caminho da Argentina e do Peru, economias em estado mais avançado de decomposição — alerta Cornelsen.

Com Pinochet, diz o especialista, o Chile não terá acesso ao Plano Brady, mas, mesmo sem o programa, reduziu de 26% a dívida externa: de US\$ 23 bilhões em 83, quando equivalia a 120% do PIB chileno, para US\$ 17 bilhões em 88. "O Chile faliu em 83. Então fez as reformas, começou as conversões em 85 e a recompra da dívida no início de 88." Antes das eleições, porém, supõe Cornelsen, o Brasil só receberá gestos de boa vontade, como o US\$ 1,5 bilhão do Japão. "A verdadeira negociação começa em março de 90."

Covas quer reduzir. Assim.

O senador Mário Covas defendeu ontem, em Brasília, a criação de uma agência multilateral dos países credores destinada a reduzir a dívida externa do Brasil e de outras nações, comprando-a por valores inferiores. Covas lembrou que, há poucos dias, cada dólar

da dívida brasileira estava sendo comprado no mercado secundário por 28 centavos: "Esse é o reconhecimento dos credores de que o preço da nossa dívida é bem menor do que estamos pagando", acrescentou o candidato do PSDB à Presidência da República.